

O património dos editores: evolução, boas práticas e contributo do projecto Romano Torres

Daniel Melo

CHAM, FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, UNIVERSIDADE DOS AÇORES

A salvaguarda do património dos agentes do livro é indispensável por 5 razões principais: 1) para alimentar a memória colectiva; 2) para fundamentar o estudo, pelos interessados (cientistas e não só), do que esses mesmos agentes fizeram; 3) para democratizar o acesso à informação e ao conhecimento (pois a sua vertente documental é um manancial precioso); 4) enquanto contributo para a universalidade de acesso aos bens culturais (e, desse modo, para a igualdade de oportunidades na sociedade); 5) em concomitância, para enriquecer o acesso ao legado patrimonial, ao aumentar a sua diversidade. Neste sentido, a preservação dos acervos documentais produzidos no âmbito daquela actividade assume uma importância central. Esta questão, ainda pouco reflectida em países como Portugal mas já com bibliografia e intervenção relevante a nível internacional¹, será analisada neste texto à luz da experiência adquirida no contexto do projecto académico de salvaguarda do arquivo histórico da editora centenária Romano Torres, pois cremos ter informação relevante a transmitir.

A preservação de acervos com relevância histórica ou cultural tem 3 implicações directas muito evidentes. Em primeiro lugar, a salvaguarda não se limita à simples guarda de documentos mas implica a sua protecção e comunicação, pois uma coisa (no caso, um bem cultural) que não se conhece não pode ter valor memorial nem cognitivo nem científico. Em segundo lugar, remete para uma tarefa técnica que mobiliza recursos técnicos, logísticos e infraestruturais onerosos: material de higienização e de acondicionamento

1 Para uma abordagem panorâmica e bibliográfica vd. Messina & Zagra, 2001; Zagra, 2007; AAVV, 2009; e Melo, 2012a.

dos documentos; equipamento e *software* informáticos para a descrição dos documentos e para a sua pesquisa; pessoal técnico altamente qualificado; espaços adequados para o tratamento desses mesmos materiais e para a sua guarda e comunicação, incluindo ao nível da humidade, da temperatura ambiente e da segurança. Em terceiro lugar, há a necessidade duma perspectiva política que integre esta área no domínio mais abrangente das políticas do património, que são uma pedra de toque das sociedades democráticas, independentemente da organização estatal para a área a cultural².

Ora, estas implicações mostram que preservar tal documentação preciosa impõe a disponibilidade de distintas pessoas e/ou instituições. Desde logo, impõe o envolvimento dos detentores desses acervos, autorizando que os mesmos possam ser tratados, estejam acessíveis e sejam estudados. Depois, impõe a existência de pessoal qualificado que aceite fazer esse trabalho, regra geral a troco de remuneração (mas pode haver casos de voluntariado, por exemplo em contexto de estágios técnicos). Por fim, impõe o interesse por parte de pessoas e/ou instituições com capital para cobrir o investimento. Em suma, trata-se duma tarefa cultural complexa, que convoca a mobilização de vários agentes e, complementarmente, a existência duma estratégia político-cultural, no caso de se pretender ter uma perspectiva abrangente e sistemática. Ou seja, se se considera que estes arquivos são relevantes para a sociedade e a cultura, então há que ter uma visão global que possa enquadrar juridicamente não só a sua consagração enquanto bem cultural como a criação de condições para que esses acervos possam ser instalados em espaços adequados para a sua conservação e comunicação aos estudiosos. No quadro das actuais sociedades democráticas, tal horizonte obriga a que existam modalidades de cooperação entre agentes, tanto do lado estatal como de particulares e associações. É que a maioria dos acervos do mundo do livro pertencem a editoras particulares, mas a maioria das grandes instituições sintonizadas com a respetiva salvaguarda são públicas. Como há distintas evoluções da perspectiva patrimonial e da área cultural consoante a história do país em causa, também existem distintas modalidades de cooperação.

O caso português ajuda a perceber como esses legados podem condicionar o futuro, mas também como há outras razões que podem ter um peso similar no bloqueio de soluções estruturadas. Neste contexto, o projecto Romano Torres foi um projecto pioneiro e inovador, a vários níveis: no tratamento dum arquivo histórico de editora contemporânea em Portugal, nas articulações institucionais que promoveu, nos meios que mobilizou, nos suportes em que foi e é difundido, e nas ferramentas que produziu. Cremos que é relevante explanar porquê, pois possibilitará que se perceba melhor as evoluções nacionais bem como servirá de reflexão para informar políticas públicas mais consequentes, que respondam de modo efectivo ao consenso político em torno do património cultural.

2 Sobre esta questão vd. Santos, 1998.

Cabe, pois, explicar previamente como surgiram e evoluíram as perspectivas e directrizes para o património, e como elas chegaram ao mundo dos arquivos e da edição, primeiro a nível internacional depois quanto ao caso português. Por fim, veremos até que ponto esse contexto histórico condicionou a actual situação em Portugal, e qual o lugar do projecto Romano Torres.

Perspectivas e directrizes para o património: contexto internacional

O património cultural é hoje uma área consensual e consolidada nas políticas públicas (Santos, 1998: 235 e ss.), mas para chegar aqui houve um longo caminho a percorrer. Neste percurso foram decisivos o legado iluminista-republicano e a acção de instituições públicas internacionais.

Assim, a primeira etapa inicia-se com a Revolução Francesa, quando uma parte dos documentos arquivísticos e bibliográficos passou a ser considerada reservatório cultural da nação, junto com os espaços que os continham: arquivos e bibliotecas custodiais. Este marco expandiu-se gradualmente pelo mundo ocidental, acentuando-se desde início do século XX, com o surgimento das culturas nacionais na América Latina e das políticas culturais no ocidente (Melo, 2012a).

A segunda etapa começa com a Convenção da UNESCO Sobre a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (adoptada em 1954), que introduz o conceito de *bem cultural*. A destruição infligida sobre o património ocidental pelas guerras de massas motivou um sobressalto cívico e político, que redundou neste e noutros instrumentos jurídicos internacionais inovadores e de referência. Um vinténio depois, a UNESCO acentuou a relevância daquele conceito nas suas «Recomendações Para a Protecção de Bens Culturais» (1978)³. Esse documento integrou a definição elaborada em Itália por uma comissão técnico-política (Comissão Franceschini, 1964-67), a qual acentuara a universalidade⁴ e âmbito⁵ dos bens culturais. Note-se ainda que as 84 recomendações da Comissão Franceschini foram sintetizadas em 9 recomendações para aplicação urgente, sendo que pelo menos 3 interessam directamente aos arquivos de editoras: 1) estabe-

3 Alexandrino, s. d.; Lambert, 2010; Pereira, 2011.

4 «Entende-se por Bem Cultural os Bens materiais testemunho da civilização», i. e., o bem cultural é um bem representativo da cultura do homem em sociedade e interessa ao conjunto dos países.

5 «Pertencem ao património cultural da Nação todos os bens que tenham referência à história da civilização. Estão submetidos a lei os bens de interesse arqueológico, histórico, ambiental e paisagístico, arquivístico e bibliográfico, bem como qualquer outro bem que constitua testemunho material com valor de civilização». Para mais detalhes sobre esta Comissão e sobre a evolução internacional vd. Melo, 2012a.

lecer um serviço de segurança para proteger a herança cultural; b) iniciar um inventário sistemático da herança cultural; c) estabelecer núcleos para pesquisa, conservação e restauro, e institutos de documentação (Lambert, 2010: 6/7).

Ainda nos anos 1960, peritos como Cesare Brandi e Giovanni Urbani lançam as bases teóricas da conservação preventiva, a qual engloba «todas as medidas e acções visando evitar e minimizar futura deterioração e perda» e se foca em colecções inteiras e no seu ambiente envolvente, pressupondo programação institucional de curta e média durações e suporte científico⁶. Esta corrente de conservação patrimonial faria escola um pouco por todo o mundo e incide tanto em sítios e monumentos como nos bens arquivísticos e bibliográficos.

Perspectivas e directrizes para o património: contexto nacional

Em Portugal, a locução *bens culturais* entra na legislação exclusivamente nacional apenas em 1985 (lei n.º 13/85), mas já estava incluída na sua arquitectura jurídica se considerarmos os tratados internacionais que o país subscrevera, em especial a mencionada convenção de Haia (1954), que define normas nos casos de roubo, pilhagem e vandalismo.

Outro marco jurídico é o decreto-lei n.º 16/93, que estabeleceu o regime geral dos arquivos e do património arquivístico, considerando estes como «bens fundamentais que corporizam a cultura portuguesa» e merecedores de garantias para a sua «valorização, inventariação e preservação»⁷. Nele se incluem normas que podem servir para proteger os arquivos definitivos das editoras, sejam eles de entidades públicas, privadas ou associativas⁸. O processo de classificação pode partir do órgão de gestão ou doutra entidade, seja ela pública ou privada (art. 22, ponto 1), o que possibilita que os editores tomem a iniciativa de solicitar esse processo. Estas disposições foram posteriormente actualizadas e aprofundadas na lei n.º 107/2001⁹.

6 Lambert, 2010: 7-12 e 2 (cit. da definição do Conselho Internacional de Museus em Lambert, 2010: 2).

7 Cf. preâmbulo do diploma.

8 Com efeito, este diploma de referência considera como bens susceptíveis de classificação «os arquivos e os documentos que, pelo seu relevante valor informativo ou probatório, devam merecer especial protecção», por conseguinte constituindo «objecto de classificação pelo Governo, sob proposta do órgão de gestão [então a Torre do Tombo, actualmente a Direcção-Geral de Arquivos]» (art. 21, ponto 1). Tal classificação pode incidir tanto em bens isolados como agrupados e «não afecta o direito de propriedade, mas impede a alteração, divisão ou destruição de arquivos ou de documentos sem aprovação prévia do órgão de gestão» (art. 21, pontos 2 e 3).

9 Especialmente nos seus arts. 4, 15-17, 31, 72 e 80-86. Um dos aspectos clarificados é o conjunto de critérios que sustentam o pedido de classificação dos bens arquivísticos: «Para a classificação ou

Esta última, crismada Lei de Bases de Protecção e Valorização do Património Cultural Português, desenvolve a perspectiva jurídica portuguesa, considerando bens culturais os bens móveis e imóveis que «representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura», porquanto «portadores de interesse cultural relevante» (arts. 2 e 14). Nela se consagrou igualmente a «conservação preventiva e programada» enquanto componente basilar do «regime geral de valorização dos bens culturais» (art. 70, alínea a).

Não obstante a existência desta base jurídico-legal, o facto é que o Estado português ainda não concretizou (ou ajudou a concretizar), na prática, uma política sistemática de salvaguarda dos arquivos históricos e acervos documentais das editoras e demais agentes do mundo do livro da era contemporânea. Os poucos contributos avançados não resultam e não permitem construir uma perspectiva global e sistemática, apesar da sua relevância.

Tal ocorre num contexto internacional que revela uma acumulação significativa de boas práticas em cada vez mais países, os mais marcantes sendo referências para Portugal na área cultural (Reino Unido, Itália, França, etc.), o que torna ainda mais difícil explicar o grande atraso português nesta matéria (sobre o tema vd. análise detalhada em Melo, 2012a).

Esse atraso podia resultar do peso duma perspectiva patrimonial restritiva, centrada na custódia e conservação de grandes monumentos, sítios, obras e espólios de grandes autores. Porém, essa foi uma política também seguida duradouramente por países como a França, que não obstante foi acumulando experiências de promoção do livro e dos editores coevos durante o século XX até chegar a um modelo global há quase 20 anos (o Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, de 1996), modelo este alheio ao Estado central francês, ainda que secundado por apoios públicos de âmbito regional.

Donde, têm que existir outros factores a influir negativamente para este impasse. A hipótese de estudo que avançamos é que se trata duma combinatória de causas distintas, destacando-se a postura política oficial, o tipo de relacionamento entre Estado e sociedade civil, o grau de implantação das instituições e agentes arquivísticos e o posicionamento institucional dominante no seio dos editores e demais agentes do livro. O Estado português foi hegemonizado por uma perspectiva de custódia e conservação em detrimento do tratamento, comunicação e estudos dos arquivos históricos (exceptuando alguns núcleos, como os ligados à expansão ultramarina e a grandes escritores) e teve sempre uma postura centralista, controladora e antagonizante de certos segmen-

o inventário do património arquivístico, devem ser tidos em conta algum ou alguns dos seguintes critérios: a) Natureza pública da entidade produtora; b) Relevância das actividades desenvolvidas pela entidade produtora num determinado sector; c) Relevância social ou repercussão pública da entidade produtora; d) Valor probatório e informativo do arquivo, decorrente, nomeadamente, da sua relevância jurídica, política, económica, social, cultural, religiosa ou científica.» (art. 82). Para os bens culturais em geral o diploma prescreve um conjunto mais extenso de «critérios genéricos de apreciação» do pedido de classificação ou inventariação (vd. art. 17).

tos associativos, influenciando na dificuldade em fomentar parcerias com a sociedade civil organizada na área cultural. Isso influenciou na persistência dum política arquivística com fraco investimento em recursos humanos, logísticos e infra-estruturais, além da formação técnica estar subjacente àquela concepção elitista e fechada. Por fim, a classe dos editores e seus parceiros mais próximos (livreiros, distribuidores, etc.) sempre concebeu o seu arquivo exclusivamente para fins de negócio, resistindo à sua patrimonialização com a desculpa da não violação do segredo comercial, como se essa fosse uma questão intocável e omnipresente, em todo e qualquer documento, e mesmo para os casos de editoras já extintas. O mesmo se aplica às entidades produtoras doutros acervos do mundo do livro.

Patrimonialização dos acervos do mundo do livro: um novo exemplo

A análise das boas práticas a nível internacional neste âmbito permitiu concluir que a articulação institucional é condição indispensável para a sua viabilização (Melo, 2012a: 176-80). Isso mesmo foi comprovado mais uma vez, agora para o caso português, com a experiência piloto do projecto Romano Torres.

Com efeito, enquanto iniciativa de tratamento, comunicação e estudo dum arquivo histórico dum editora contemporânea portuguesa, o projecto Romano Torres só foi passível de viabilizar quando se juntaram agentes particulares, públicos e fundacionais. Após uma fase de contactos e discussão de ideias, o herdeiro do arquivo histórico acedeu num protocolo com o Centro de História da Cultura da FCSH-UNL com vista a implementar aquelas actividades, entre outras. A cobertura financeira básica só foi possível com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, através da escolha do projecto Romano Torres em concurso sectorial¹⁰. A FCSH co-financiou as despesas, sobretudo com o pessoal e instalações. No decorrer do processo, surgiu a possibilidade do arquivo ficar sediado em espaço adequado da própria universidade, em regime de empréstimo mas preservando o direito de acesso para consulta pública. Todavia, antes disso tentara-se arranjar um espaço definitivo para incorporação deste acervo, que também pudesse servir de oficina. Encetaram-se conversações e negociações com parceiros diversos, desde bancos com secções de livro antigo a instituições do Estado local da cidade sede da editora. Estas iniciativas não tiveram êxito, comprovando que a maior dificuldade reside na garantia em tempo útil de infra-estruturas adequadas para incorporar e comunicar estes acervos. A partir do momento em que foi viabilizado, o projecto Romano Torres tornou-se pio-

10 Trata-se da edição de 2013 do Concurso Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais, criado em 2008 «para apoio à recuperação, tratamento e organização de acervos documentais com relevante interesse histórico, cultural e científico».

neiro no contexto português quanto ao domínio em causa (arquivo histórico de editora contemporânea em Portugal). Foi também inovador pelas articulações institucionais que promoveu, não limitadas à parceria já referida: houve ainda uma série de parcerias para fins concretos: com uma empresa para criar um *website* próprio; o recurso a *software* específico do ICA em *open source*; o apoio dum federação sindical (a CGTP-IN) na formação dum membro da equipa técnica do projecto no manejo da referida aplicação informática; a disponibilização pela BNP de base contendo uma versão inicial do catálogo da editora, depois corrigida e ampliada; o apoio de várias pessoas e departamentos da FCSH-UNL; o apoio da CML e de livreiros na realização de encontros de editores e livreiros.

A equipa do projecto – juntamente com seus colaboradores directos – foi inovadora por ter um perfil interdisciplinar e com competências complementares, cruzando formações em estudos portugueses, arquivística, história cultural, história de arte, biblioteconomia, informática e *webdesign*.

Além do tratamento do arquivo histórico, recorreu a vários meios para divulgar e estudar a editora: encontros, revistas, sítio de Internet, etc. Quanto aos encontros e dossiês temáticos da revista *Cultura*, o seu resultado encontra-se condensado em Melo, 2012b e 2013 e Melo & Medeiros, 2013. Além do estado da questão sobre a patrimonialização dos acervos documentais de editoras contemporâneas, esses dossiês contribuíram ainda para uma reflexão sobre uma política para esta área e o enriquecimento das fontes primárias sobre o mundo da edição, reproduzindo e analisando testemunhos de editores, livreiros, bibliófilos, colecionadores e outros agentes do livro.

Com a criação do sítio de Internet do projecto contribuiu-se para reforçar os arquivos digitais em Portugal, uma área estratégica para a preservação digital, defendida por entidades internacionais de referência e pelos países da União Europeia, em especial via European Commission on Preservation and Access¹¹. Desde logo por nele se possibilitar o acesso e pesquisa em texto livre à base de dados do arquivo histórico da Romano Torres. Mas também por nele se permitir o acesso a fontes primárias inéditas, corporizadas num testemunho sobre 3 gerações de leitores dos livros da Romano Torres, num depoimento áudio do herdeiro e último editor da casa (Francisco Noronha e Andrade) e numa entrevista áudio ao colaborador Eugénio Silva, ilustrador¹². Quanto a fontes primárias, procedeu-se ainda à recolha e sistematização de referências bibliográficas (e

11 Campos, 2002; Smith, 2004; Tinoco, 2013. Quanto às entidades internacionais, realce-se a UNESCO, a IFLA- Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e o ICA- Conselho Internacional dos Arquivos.

12 Vd., respectivamente, Barreira, 2014, Andrade, 2014 e Cabral, 2014.

outras) contendo testemunhos sobre o sector, conteúdo este disponibilizado em página própria do *website*¹³.

Através do *website* foram também disponibilizadas diversas ferramentas entretanto produzidas em 2013/14: base de dados do catálogo bibliográfico da editora¹⁴; bibliografias temáticas sobre edição, salvaguarda patrimonial e arquivística específica¹⁵; dicionário biográfico de colaboradores da editora¹⁶; lista e contactos de editoras, livrarias e alfarrabistas¹⁷. Foram ainda produzidos uma série de textos especialmente para este suporte, descrevendo conteúdos diversos relativos à editora (para mais informação vd. capítulo 10). Por fim, deu-se uma especial atenção à digitalização e disponibilização de amostras representativas de documentos provenientes de duas fontes: a) do próprio arquivo histórico entretanto tratado, referentes à criação da empresa e a fotografias com fornecedor dos seus livros no Canadá; b) do Espólio Iconográfico de Francisco Noronha e Andrade relativo à Romano Torres, do qual foi digitalizado a totalidade das ilustrações relativas aos livros e ao trabalho gráfico da editora bem como algumas fotografias com dirigentes da empresa. Contudo, apenas foi possível inserir parte das ilustrações e das fotografias em tempo útil, pois não só era muitas (acima do milhar), como superavam o espaço reservado ao sítio de Internet no servidor informático. Uma vez que se optou por legendagem enquadradora e explicativa das peças, a extensão deste trabalho a todo o acervo iconográfico seria uma empreitada para um outro projecto. Ainda assim, e de modo a potenciar a sua visibilidade, foram essas imagens disponibilizadas em dois espaços distintos, a base de dados do arquivo histórico e uma página do *website* só destinado à iconografia. Considerou-se esta uma tarefa relevante, que só não foi mais longe por manifesta limitação de tempo e de recursos. Nesse sentido, secundamos a posição de especialistas na matéria, que consideram a digitalização um instrumento estratégico de “apropriação das tecnologias da informação e da comunicação” pelas instituições que detêm acervos arquivísticos para uma mais eficiente (donde, democrática) divulgação dos mesmos. Como preconiza Oliveira (2013: 9): “A digitalização dos acervos ocupa um lugar central neste cenário. Os processos de digitalização de acervos são usualmente defendidos porque contribuem para a preservação dos originais, em suporte tradicio-

13 Vd. repertório de testemunhos de editores, livreiros, autores e leitores sobre o mundo da edição em <http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/?page_id=43>.

14 Com possibilidade de pesquisa em múltiplos campos, incluindo em assunto e CDU (vd. <http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/?page_id=19>).

15 I.e., com interesse para o estudo dos arquivos históricos da edição contemporânea (vd. <http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/?page_id=35>).

16 Vd. <http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/?page_id=57>.

17 Vd. <http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/?page_id=45>.

nal, uma vez que não serão mais manuseados, e também porque facilitam a pesquisa remota e o acesso”.

Outros arquivos de editoras foram estudados e, em parte, foi esse interesse que permitiu a sua preservação em boas condições, dado o prestígio que grangeou para os seus detentores (vd. exemplos e bibliografia em Melo, 2012a). Nesta sequência, o projecto Romano Torres é mais um contributo para a consagração dos acervos documentais relevantes das editoras contemporâneas mas também para a sua integração noutras abordagens mais desenvolvidas, como a dos arquivos de família, dos arquivos particulares e dos arquivos de empresas (v.g., Mendes, 2001-2002). É que em nenhuma destas perspectivas têm sido incluídos os arquivos históricos das editoras contemporâneas.

Bibliografia

- AAVV (2009), *Colloque 20 Ans de Recherches sur l'Édition*, Caen, IMEC-Institut de la Mémoire de l'Édition Contemporaine e Abbaye d'Ardenne.
- ALEXANDRINO, José de Melo (s. d.), “O conceito de bem cultural”, *Área Científica de Direito – IPBeja*, <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/JMABC.pdf>.
- ANDRADE, Francisco Noronha (2014), «Encontro Romano Torres apresenta projecto homónimo e testemunho do último editor», *Romano Torres*, 26/II/2014, intervenção do último editor da Romano Torres na sessão de apresentação pública do sítio de Internet do Projecto Romano Torres, <<http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/?p=13466>>.
- BARREIRA, Cecília (2014), “O meu pai e a Romano Torres”, *Romano Torres*, 9/VII, <<http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/?p=14014>>.
- CABRAL, Afonso Reis (2014), “Eugénio Silva, ilustrador de sonhos”, *Romano Torres*, 21/III, transcrição editada e versão áudio original, com cortes, de entrevista realizada a 7/II/2014, <<http://fcsh.unl.pt/chc/romanotorres/?p=13734>>.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (2002), “Informação digital: um património a preservar”, *Cadernos BAD*, n.º 2 (2002), p. 8-14, ISSN 00079421
- LAMBERT, Simon (2010), “Italy and the history of preventive conservation”, *CeROARt*, hors-série, <<http://ceroart.revues.org/1707>>.
- MEDEIROS, Nuno (2013), “Conservar, conhecer e patrimonializar arquivos editoriais e livreiros. Um caso português: o projecto Romano Torres”, *Livro*, n.º 3.
- MELO, Daniel, MEDEIROS, Nuno (org., 2013), “Dossiê os livreiros e o seu património”, *Cultura*, II série, vol. 32, 2013, p. 319-339.
- MELO, Daniel (org., 2013), “As editoras e o seu património em debate: 2.º dossiê”, *Cultura*, II série, vol. 31, 2013, p. 321-345.

- MELO, Daniel (org., 2012b), "As editoras e o seu património" (dossiê), *Cultura*, II série, vol. 30, 2012, ISSN 0870-4546, p. 173-203.
- MELO, Daniel (2012a), "O património da edição contemporânea portuguesa: estado da questão", *Cultura*, II série, vol. 30, 2012, ISSN 0870-4546, p. 173-85.
- MENDES, José Amado (2001-2002), "Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa", *Revista Portuguesa de História*, vol. XXXV, p. 379-388.
- MESSINA, Maurizio, ZAGRA, Giuliana (dir; 2001), *Conservare il novecento*, Roma, Associazione italiana biblioteche, ISBN 88-7812-069-3.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de (2013), "Introdução", in Lucia Maria Velloso de Oliveira e Maria Celina Soares de Mello e Silva (orgs.), *Diferentes olhares sobre os arquivos online: digitalização, memória e acesso*, Rio de Janeiro, AAB, p. 9-10.
- PEREIRA, Luís Filipe Raposo (2011), "Documento de arquivo e documento bibliográfico como bens culturais: evolução registada e factores de afirmação", *Páginas a&b*, s. II, n.º 8, p. 149-160, <<http://dc401.4shared.com/doc/ZISUZ5cr/preview.html>>.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (ed.; 1998), *As políticas culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SMITH, Bernard (2004), "Digital heritage and cultural content", in *A guide to good practice in collaborative working methods and new media tools creation*, AHDS Guides to Good Practice, ISSN 1463-5194, <<http://www.ahds.ac.uk/creating/guides/new-media-tools/smith.htm>>.
- TINOCO, Anita Goreti Estêvão (2013), "Políticas de preservação de documentos digitais nos arquivos municipais portugueses", *Cadernos BAD*, n.º 1/2 (2012/2013), ISSN 0007-9421, p. 73-82.
- ZAGRA, Giuliana (dir; 2007), *Conservare il novecento: le memorie del libro*, Roma, Associazione italiana biblioteche, <<http://online.ibr.regione.emilia-romagna.it/h3/h3.exe/apubblicazioni/t?NRECORD=0000010737>>.